

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA

GABRIELA SIQUEIRA CAVALCANTE

PROFESSORES DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA: UMA ANÁLISE COM BASE
NO INDICADOR ADEQUAÇÃO DA FORMAÇÃO DOCENTE DO CENSO
ESCOLAR 2020 A 2024

JOÃO PESSOA
2026

GABRIELA SIQUEIRA CAVALCANTE

PROFESSORES DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA: UMA ANÁLISE DO
INDICADOR ADEQUAÇÃO DA FORMAÇÃO DOCENTE DO CENSO ESCOLAR
2020 A 2024

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Pedagogia da Universidade Federal da
Paraíba como requisito parcial para obtenção do
título de Licenciada em Pedagogia.
Orientador: Prof. Dr. Paulo César Geglio.

JOÃO PESSOA

2026

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

C376p Cavalcante, Gabriela Siqueira.

Professores do município de João Pessoa: uma análise do indicador adequação da formação docente do censo escolar 2020 a 2024 / Gabriela Siqueira Cavalcante. - João Pessoa, 2026.

52 f. : il.

Orientação: Paulo César Geglio.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - UFPB/CE.

1. Formação docente. 2. Indicadores educacionais. 3. Políticas públicas. 4. Censo escolar. 5. Educação básica. I. Geglio, Paulo César. II. Título.

UFPB/CE

CDU 37-051(043.2)

GABRIELA SIQUEIRA CAVALCANTE

PROFESSORES DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA: UMA ANÁLISE COM BASE
NO INDICADOR ADEQUAÇÃO DA FORMAÇÃO DOCENTE DO CENSO
ESCOLAR 2020 A 2024

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
à Coordenação do curso de Pedagogia da
Universidade Federal da Paraíba como
requisito para obtenção do grau de
licenciatura em Pedagogia.

Data de aprovação: 10 de abril de 2026.

BANCA EXAMINADORA



Documento assinado digitalmente

PAULO CESAR GEGLIO

Data: 17/04/2026 19:28:21-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Paulo César Geglio (DFE - UFPB)
Orientador

Prof. Dra. Ana Paula Romão de Souza Ferreira (DHP - UFPB)
Membro



Documento assinado digitalmente

ALBA CLEIDE CALADO WANDERLEY

Data: 17/04/2026 21:45:31-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dra. Alba Cleide Calado Wanderley (DFE - UFPB)
Membro

“O mundo não é. O mundo está sendo”
(Paulo Freire)

RESUMO

Este trabalho analisa a adequação da formação docente no município de João Pessoa (PB), tomando como referência o indicador educacional “adequação da formação docente”, presente no Censo Escolar nos anos de 2020 a 2024. A pesquisa parte do princípio de que a formação adequada dos professores é essencial para a qualidade da educação básica e está prevista em legislações como a Constituição Federal de 1988, a LDBEN nº 9.394/1996 e o Plano Nacional de Educação (2014–2024). A metodologia utilizada tem caráter descritivo, com abordagem quali-quantitativa, valendo-se da análise dos dados do Inep sobre a formação dos docentes em relação às disciplinas que lecionam. A pesquisa se justifica pelo envolvimento pessoal da autora, cuja trajetória profissional reflete as dificuldades enfrentadas por docentes sem formação adequada. A intenção foi responder a seguinte pergunta: qual é o perfil profissional dos professores de João Pessoa, considerando o indicador “adequação da formação docente”? Os resultados evidenciam comportamentos distintos entre as etapas da educação básica. Na Educação Infantil, o município apresentou percentuais inferiores às médias nacional, regional e estadual. No Ensino Fundamental, João Pessoa superou as médias nacional, regional e estadual na rede pública. E no Ensino Médio, os índices de adequação da formação docente superaram as três médias consideradas, indicando a etapa com melhor desempenho.

Palavras-chave: Formação docente, Indicadores educacionais, Políticas públicas, Censo Escolar, Educação Básica.

ABSTRACT

This work analyzes the adequacy of teacher training in the municipal school system of João Pessoa (PB), using the educational indicator “adequacy of teacher training” from the School Census (Censo Escolar) between 2020 and 2024 as a reference. The research is based on the principle that proper teacher qualification is essential for the quality of basic education, as mandated by legislation such as the 1988 Federal Constitution, the LDBEN No. 9,394/1996, and the National Education Plan (2014–2024). The methodology is descriptive with a qualitative-quantitative approach, utilizing Inep data analysis regarding teachers' qualifications in relation to the subjects they teach. The study is justified by the author's personal involvement, whose professional trajectory reflects the difficulties faced by teachers without adequate training. The objective was to answer the following question: what is the professional profile of teachers in João Pessoa, considering the “adequacy of teacher training” indicator? The results show distinct patterns across different stages of basic education. In Early Childhood Education, the municipality presented percentages lower than the national, regional, and state averages. In Elementary and Middle School, João Pessoa surpassed the national, regional, and state averages in the public system. In High School, the adequacy rates exceeded all three compared averages, indicating the stage with the best performance.

Keywords: Teacher training, Educational indicators, Public policies, School Census, Basic Education.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Print do painel “Docente – Por Ano” do Censo da Educação Básica - 2020	28
Figura 2 – Print do painel “Docente – Por Ano” do Censo da Educação Básica - 2021	28
Figura 3 – Print do painel “Docente – Por Ano” do Censo da Educação Básica - 2022	29
Figura 4 – Print do painel “Docente – Por Ano” do Censo da Educação Básica - 2023	29
Figura 5 – Print do painel “Docente – Por Ano” do Censo da Educação Básica - 2020	35
Figura 6 – Print do painel “Docente – Por Ano” do Censo da Educação Básica - 2021	36
Figura 7 – Print do painel “Docente – Por Ano” do Censo da Educação Básica - 2022	36
Figura 8 – Print do painel “Docente – Por Ano” do Censo da Educação Básica - 2023	37
Figura 9 – Print do painel “Docente – Por Ano” do Censo da Educação Básica - 2020	42
Figura 10 – Print do painel “Docente – Por Ano” do Censo da Educação Básica - 2020	43
Figura 11 – Print do painel “Docente – Por Ano” do Censo da Educação Básica - 2020	44
Figura 12 – Print do painel “Docente – Por Ano” do Censo da Educação Básica - 2020	44

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Professores da Paraíba nas Redes	25
Tabela 2 – Adequação da Formação Docente - Educação Infantil - 2020	27
Tabela 3 – Adequação da Formação Docente - Educação Infantil - 2021	28
Tabela 4 – Adequação da Formação Docente - Educação Infantil - 2022	28
Tabela 5 – Adequação da Formação Docente - Educação Infantil - 2023	29
Tabela 6 – Adequação da Formação Docente - Educação Infantil - 2024	30
Tabela 7 – Docentes sem licenciatura condizente com a área de atuação	30
Tabela 8 – Adequação da Formação Docente em João Pessoa - Educação Infantil - rede municipal.....	31
Tabela 9 – Adequação da Formação Docente em João Pessoa - Educação Infantil - rede privada.....	32
Tabela 10 – Adequação da Formação Docente em João Pessoa - Educação Infantil - rede federal.....	32
Tabela 11 – Adequação da Formação Docente - Ensino Fundamental - 2020.....	34
Tabela 12 – Adequação da Formação Docente - Ensino Fundamental - 2021.....	35
Tabela 13 – Adequação da Formação Docente - Ensino Fundamental - 2022	36
Tabela 14 – Adequação da Formação Docente - Ensino Fundamental - 2023	37
Tabela 15 – Adequação da Formação Docente - Ensino Fundamental - 2024	38
Tabela 16 – Docentes sem licenciatura condizente com a área de atuação - Ensino Fundamental.....	38
Tabela 17 – Adequação da Formação Docente em João Pessoa - Ensino Fundamental - rede municipal.....	39
Tabela 18 – Adequação da Formação Docente em João Pessoa - Ensino Fundamental - rede privada.....	39
Tabela 19 – Adequação da Formação Docente em João Pessoa - Ensino Fundamental - rede estadual.....	40
Tabela 20 – Adequação da Formação Docente em João Pessoa - Ensino Fundamental - rede federal.....	40
Tabela 21 – Adequação da Formação Docente - Ensino Médio - 2020.....	42
Tabela 22 - Adequação da Formação Docente - Ensino Médio - 2021.....	43
Tabela 23 - Adequação da Formação Docente - Ensino Médio - 2022.....	43
Tabela 24 - Adequação da Formação Docente - Ensino Médio - 2023.....	44

Tabela 25 - Docentes sem formação condizente com a área de atuação - Ensino Médio.....	45
Tabela 26 - Adequação da Formação Docente - Ensino Médio - 2024.....	45
Tabela 27 - Adequação da Formação Docente em João Pessoa - Ensino Médio - rede estadual.....	46
Tabela 28 - Adequação da Formação Docente em João Pessoa - Ensino Médio - rede federal.....	47
Tabela 29 - Adequação da Formação Docente em João Pessoa - Ensino Médio - rede privada.....	47

LISTA DE SIGLAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas

CEFAM – Centro de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC – Ministério da Educação

PNE – Plano Nacional de Educação

UFPB – Universidade Federal da Paraíba

UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	13
2. A FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO BRASIL: BREVE HISTÓRICO....	18
3. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	23
a. Adequação da formação docente na Educação Infantil.....	27
b. Adequação da formação docente no Ensino Fundamental.....	34
c. Adequação da formação docente no Ensino Médio.....	41
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	49
5. REFERÊNCIAS.....	50
6. ANEXO.....	52
7. APÊNDICES.....	54

1. INTRODUÇÃO

A educação é um direito público subjetivo, ou seja, constitui um dever do Estado e pode ser legalmente exigida pelos cidadãos em caso de não oferta. No entanto, nem sempre essa foi a realidade. A responsabilização estatal pela garantia do direito à educação foi consolidada com a promulgação da Constituição Federal de 1988, que, em seu artigo 205, estabelece: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade [...]” (BRASIL, 1988).

A conquista da educação pública, laica, gratuita e de qualidade (que hoje é direito de todos os cidadãos brasileiros) é fruto de uma mobilização histórica. No Brasil, a educação ganhou *status* de universal a partir da promulgação da Constituição Federal do ano de 1988. Mas essa conquista se deu a partir de muita bravura dos educadores e da sociedade, lutas sociais e mobilizações políticas históricas. Isso constituiu o plano de fundo para a criação de políticas públicas da educação, ancoradas em marcos como a Constituição Federal (1988) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (1996).

Importante registrar que entendemos por políticas públicas: [...] um conjunto de decisões e ações adotadas por órgãos públicos e organizações da sociedade, internacionalmente coerentes entre si, que, sob coordenação estatal, destinam-se a enfrentar um problema político (Schmidt, 2018, p. 127). Nesse sentido, os indicadores educacionais se justificam pela necessidade mensurar fatores sociais. Por meio do uso deles é possível quantificar a formação de professores brasileiros. Assim, optamos por analisar esses indicadores de maneira crítica e reflexiva, compreendendo a possibilidade de que eles, embora não possam expressar a complexidade real da sociedade, fornecem parâmetros para uma visão macro.

A partir de meados dos anos 1990, com a promulgação de novos marcos legais e as demandas por educação básica, foi necessário um ajuste nas diretrizes da formação de professores em âmbito nacional. Nesse contexto, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) de nº 9.394/1996 determinou a formação mínima exigida para o exercício do magistério, estabelecendo que os docentes deveriam possuir curso de licenciatura plena ou, no caso da educação infantil, formação mínima em cursos de magistério em nível de ensino médio.

Mais de três décadas se passaram desde a promulgação da LDB e há indicadores oficiais demonstrando que muitos professores ainda não possuem a formação mínima exigida por lei. Diante desse cenário, esta pesquisa busca analisar a adequação da formação dos professores que atuam em escolas no município de João Pessoa (PB). Tomando como base de análise de sustentação as legislações educacionais vigentes, especialmente a LDB (BRASIL, 1996) e o Plano Nacional de Educação (2014–2024), prorrogado por legislação específica e ainda em vigor até o final de 2025.

A formação dos professores da educação básica no Brasil é tema importante e de interesse público, que desperta a atenção de pesquisadores e organizações educacionais, em função da importância que esse profissional tem para a sociedade. Trata-se de um assunto que teve muito destaque nas últimas três décadas. Desde a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em 1996, existe a orientação para que os professores atuantes na educação básica tenham formação em cursos superiores de licenciatura. Isso garante que eles tenham acesso e se apropriem de informações e saberes necessários à sua atuação profissional, como psicologia da educação, didática, avaliação da aprendizagem e outros.

Contudo, dados do censo escolar do Ministério da Educação mostram que o número de docentes brasileiros que atuam sem a formação mínima exigida por lei ainda é muito alto. Assim, o problema que norteia essa pesquisa é: qual é o perfil de formação profissional dos professores da rede municipal de João Pessoa, considerando o indicador “adequação da formação docente” presente no Censo Escolar, no período de 2020 a 2024?

O interesse em compreender a situação do quadro docente que atua na educação básica no município de João Pessoa (PB) vai além do cumprimento de exigências legais. A motivação para esta pesquisa está diretamente relacionada à trajetória acadêmica e profissional da pesquisadora, que iniciou sua atuação docente no ano de 2015, antes mesmo de ingressar em um curso de licenciatura. Nesse contexto, foram vivenciadas, de forma concreta, as dificuldades inerentes ao exercício da docência sem a devida formação.

Em 2018, a pesquisadora ingressou no curso de Pedagogia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), conciliando a formação inicial com a prática docente. Essa experiência possibilitou a percepção de mudanças

significativamente positivas em sua atuação profissional, decorrentes do acesso aos conhecimentos teóricos e metodológicos próprios da formação de professores. Posteriormente, ao transferir-se para a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), iniciou sua participação em atividades de iniciação científica, sob a orientação do professor Dr. Paulo César Geglio, aprofundando o contato com a temática investigada.

Dessa forma, a presente pesquisa apresenta relevância em dimensões pessoal, acadêmica e social. No âmbito pessoal, destaca-se o fato de que a pesquisadora se constituiu profissionalmente enquanto já atuava como docente, vivenciando as limitações decorrentes da ausência de repertório didático, teórico e prático, ao mesmo tempo em que era demandada por instituições e estudantes a apresentar práticas pedagógicas qualificadas. Assim, o estudo dialoga diretamente com sua trajetória de vida.

No que se refere à relevância acadêmica e social, este trabalho contribui ao apresentar dados atualizados sobre a formação docente no município de João Pessoa nos últimos anos, abordando uma temática urgente relacionada à qualidade da educação básica. A sistematização e divulgação desses dados podem subsidiar reflexões e a formulação de estratégias no âmbito das políticas públicas voltadas à formação de professores em exercício no município.

O objetivo geral do trabalho é analisar o perfil dos docentes que atuam no município de João Pessoa considerando o indicador adequação da formação docente, conforme considerado pelo censo escolar, em relação aos anos de 2020 a 2024. Os objetivos específicos são examinar as categorias indicadores educacionais e formação docente; situar limites e possibilidades para o seu uso na avaliação da Política da Educação; investigar a adequação da formação dos docentes que atuam no município de João Pessoa-PB.

A formação dos professores que atuam nas escolas de educação básica brasileiras é uma preocupação que perpassa algumas décadas, porém se acentuou a partir da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (LDB nº 9.394/1996), fato evidenciado em várias produções como as de Gatti e Barreto (2009), Alves e Pinto (2011). Sobretudo em função da compreensão de que um dos aspectos para a melhoria da educação básica é a formação dos professores (Geglio, Nascimento, 2023).

Apesar dos esforços do poder público no que tange à formação desses professores, os dados do censo escolar da Educação Básica revelam uma lacuna tanto na quantidade de profissionais quanto na adequação da formação deles em relação às disciplinas que lecionam. A LDB nº 9.394/1996 (Brasil, 1996) registra a preocupação de que os professores que atuam na educação básica tenham formação em curso de licenciatura correspondente à disciplina que lecionam. O Plano Nacional de Educação (PNE) em vigor, no período de 2014 a 2024, apresenta em uma de suas metas que todos os professores desse nível de educação tenham cursos de licenciatura até o final de sua vigência.

Apesar do que o PNE (2014-2024) registra como meta, os dados do censo escolar do ano de 2021 (Inep, 2021) mostram que somente 60,7% dos docentes brasileiros que atuavam na educação infantil e 65,5% do ensino fundamental tinham formação condizente com a disciplina ou disciplinas que lecionam. No ensino médio, o percentual sobe para 66,6%, porém longe de atingir a meta prevista no PNE. A porcentagem de professores que não concluíram curso superior era de 16,7% na educação infantil, 11,1% no ensino fundamental e 2,8% no ensino médio. Em números absolutos, isso representa 943.134 professores que estavam atuando sem a formação mínima exigida no ano de 2021.

O indicador adequação da formação docente (Brasil, 2014) diz respeito à relação entre a formação do professor e a sua área de atuação. Sobre esse aspecto, os professores são divididos por grupos - como pode ser observado no quadro 1.

Quadro 1 - Indicador Adequação da Formação Docente - grupos

Grupos	Descrição
1	Docentes com formação em curso de licenciatura na mesma disciplina que lecionam ou com formação em bacharelado e curso de complementação pedagógica concluído
2	Docentes com formação em curso de bacharelado condizente com a disciplina que leciona
3	Docentes com formação em curso de licenciatura não condizente com a disciplina que leciona
4	Docentes com outra formação em curso superior
5	Docentes sem curso superior completo

Fonte: Elaboração da autora, Brasil, 2014.

O indicador adequação da formação docente (Brasil, 2014) diz respeito à relação entre a formação do professor e a sua área de atuação, na qual os professores são divididos por grupos. O grupo 1 corresponde a professores com formação superior em licenciatura na mesma disciplina que lecionam. O grupo 2 diz respeito a docentes com formação superior em bacharelado na disciplina correspondente. O grupo 3 inclui professores com licenciatura em alguma disciplina que difere da sua formação. No grupo 4 constam docentes com outra formação não considerada pelas outras categorias e no grupo 5 estão os docentes que não possuem nível superior completo.

Quanto à metodologia, a pesquisa consistiu em um estudo descritivo com uso de dados oficiais do MEC. No eixo quantitativo, foi realizado um mapeamento sobre a formação dos professores do Brasil, das regiões brasileiras e do estado da Paraíba. Para isso, foram utilizados os dados do Censo Escolar dos anos de 2020 a 2024, concentrando-nos no indicador “adequação da formação do docente”, em relação ao componente curricular que leciona.

O Inep, invariavelmente, divulga os dados do Censo Escolar de um determinado ano no início do ano seguinte. Dessa maneira, a pesquisa teve como ponto de partida os dados já existentes e sistematizados, relativos aos anos de 2020 a 2024. Os dados são publicados no site do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), ícone ‘Censo Escolar’, item ‘Indicadores Educacionais’.

As planilhas com as informações apresentam percentuais com abrangência nacional, regional, estadual e municipal a respeito dos professores que atuam em escolas de dependência administrativa federal, estadual, municipal e privada. Diante desses dados, trabalhamos somente com os relevantes para a pesquisa: o Brasil, regiões brasileiras, o estado da Paraíba e o município de João Pessoa. Os dados quantitativos foram capturados e disponibilizados em gráficos e planilhas.

O trabalho está estruturado da seguinte forma: a Introdução, que compreende os objetivos, a justificativa e a metodologia; o primeiro capítulo, que aborda um breve histórico da formação de professores no Brasil; o segundo capítulo, que apresenta os dados do indicador de adequação da formação docente em nível nacional, regional, estadual e municipal; e as Considerações Finais.

2. FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO BRASIL: breve histórico

A exigência de ter formação em curso de licenciatura para exercer a profissão de professor não existia antes da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases de 1996. Nesse sentido, há a necessidade de olhar para a história da formação docente, a fim de entender o contexto atual. Saviani (2009) dividiu a história da formação de professores no Brasil em seis momentos principais, a saber:

1. Ensaios intermitentes de formação de professores (1827-1890). Esse período se iniciou com o dispositivo da Lei das Escolas de Primeiras Letras, que obrigava os professores a se instruírem no método do ensino mútuo, às próprias expensas; estendeu-se até 1890, quando prevaleceu o modelo das Escolas Normais.
2. Estabelecimento e expansão do padrão das Escolas Normais (1890-1932), cujo marco inicial foi a reforma paulista da Escola Normal, tendo como anexo a escola-modelo.
3. Organização dos Institutos de Educação (1932-1939), cujos marcos foram as reformas de Anísio Teixeira no Distrito Federal, em 1932, e de Fernando de Azevedo em São Paulo, em 1933.
4. Organização e implantação dos Cursos de Pedagogia e de Licenciatura e consolidação do modelo das Escolas Normais (1939-1971).
5. Substituição da Escola Normal pela Habilitação Específica de Magistério (1971-1996).
6. Advento dos Institutos Superiores de Educação, Escolas Normais Superiores e o novo perfil do Curso de Pedagogia (1996-2006).

O primeiro momento se refere ao período colonial (1827-1890), com implantação do Colégio Jesuíta, Aulas Régias, Reforma Pombalina até os cursos superiores (sem grandes preocupações com a formação de professores) criados em 1808 por Dom João VI (Saviani, 2009). A primeira iniciativa de regulamentar a formação docente foi em 1827, em face da promulgada a Lei de Escola de Primeiras Letras - determinando que os professores deveriam ser treinados para o exercício da profissão (Borges, Aquino, Puentes, 2011), arcando com a responsabilidade financeira da sua formação, nas capitais das províncias. Naquele período, a formação não era percebida como responsabilidade do Estado.

Apenas no ano de 1834, a instrução primária passou a ser responsabilidade das Províncias (Borges, Aquino, Puentes, 2011), momento no qual foram criadas as Escolas Normais que deveriam seguir o modelo europeu de formação. A Escola Normal da Paraíba foi criada no ano de 1979 (Borges, Aquino, Puentes, 2011). Nesses espaços de formação, segundo Saviani, 2009, p. 144):

[...] predominou nelas a preocupação com o domínio dos conhecimentos a serem transmitidos nas escolas de primeiras letras. O currículo dessas escolas era constituído pelas mesmas matérias ensinadas nas escolas de primeiras letras. Portanto, o que se pressupunha era que os professores deveriam ter o domínio daqueles conteúdos que lhes caberia transmitir às crianças, desconsiderando-se o preparo didático-pedagógico.

O segundo período iniciou em 1890 e terminou em 1932 e teve como marco a reforma da Escola Normal de São Paulo, que representou uma definição do modelo de organização das Escolas Normais, em uma tentativa de unir os conteúdos curriculares que eram ministrados pelos professores com exercícios práticos de ensino (Borges, Aquino, Puentes, 2011).

Gatti e Barreto (2009) reiteram que a ideia da formação dos docentes brasileiros teve início no fim do século XIX, com a implantação das Escolas Normais, cuja finalidade era formar professores que atuariam no ensino de nível secundário daquela época. Contudo, as autoras lembram que naquele período a escolarização era bastante escassa no país, poucos tinham acesso a ela e a iniciativa de unir o ensino de conteúdos à prática pedagógica no contexto das novas Escolas Normais não teve sucesso. O que prevaleceu foram "[...] as preocupações com o domínio dos conhecimentos a serem transmitidos" (Saviani, 2009, p. 144).

Os primeiros anos do século XX foram propícios para a propagação de ideias modernas sobre a educação. Em 1924, foi criada a Associação Brasileira de Educação (Borges, Aquino, Puentes, 2011, p. 98), um espaço no qual se reuniam pessoas adeptas das novas ideias pedagógicas.

O terceiro período (1932-1939) foi marcado pela organização dos Institutos de Educação, que representaram uma tentativa de unir ensino e pesquisa. Segundo Borges, Aquino e Puentes (2011, p. 98),

[...] os Institutos de Educação procuraram incorporar as exigências da pedagogia, que buscava se firmar como um conhecimento de caráter científico, caminhando para a consolidação de um modelo pedagógico-didático, de formação docente, corrigindo as ineficiências e distorções das tradicionais Escolas Normais do passado.

Nota-se que as iniciativas caminhavam no sentido de uma reorganização das Escolas Normais. Antônio Teixeira, um educador e pensador dos pressupostos da Escola Nova, através do decreto nº 3.810 de 1932, tentou reorganizar essas escolas, apostando na importância de firmar a pedagogia como um conhecimento científico. (Borges, Aquino, Puentes, 2011).

A industrialização trouxe para o cenário nacional a necessidade na escolarização da população, o que fez com que a demanda por professores do nível de ensino secundário também crescesse. Foi então que se atentou para a criação de cursos universitários para formar os professores. Gadotti (1999) registra que, a partir do Manifesto dos Pioneiros, no ano de 1932, se propôs que a universidade tivesse tríplice função: criar, transmitir e vulgarizar a ciência. Contudo, não houve avanço prático além dessa orientação.

Somente com o início do quarto período (1939-1971). foi possível organizar e implantar os cursos de Pedagogia e Licenciatura, bem como consolidar o padrão das Escolas Normais. No ano de 1939, foi instituído um decreto a fim de organizar os cursos de formação de professores que atuariam em escolas secundárias. A orientação era seguir o esquema "3+1", no qual os primeiros três anos seriam dedicados à formação profissional em áreas como biologia, física, química, matemática, geografia etc. e, com mais um ano, a formação para a prática do magistério propriamente dita (Borges, Aquino, Puentes, 2011).

A ideia por trás dessa formação era a de que quem soubesse a mais saberia o menos, ou seja, o profissional formado no curso de matemática saberia ensinar matemática, sem que para isso tivesse que passar por uma formação mais longa no curso de preparação para ser professor. Era, portanto, um curso com características bacharelescas, que ainda percebemos resquícios em nossas universidades, embora a LDB nº 9394/96 tenha colocado fim a esse tipo de curso. Porém, na prática, os docentes que atuam nos cursos de licenciatura (matemática, física, química, biologia etc.) ainda são, na maioria, bacharéis e não conseguem estabelecer uma efetiva ponte entre o que ensinam e os conteúdos e as metodologias que os estudantes devem ensinar/utilizar nas escolas de educação básica. Gatti e Barreto (2009) afirmam que esse modelo também foi aplicado nos cursos de Pedagogia, que eram voltados para formar bacharéis e especialistas em educação.

O fim do quarto período culmina com os primeiros anos da ditadura militar no Brasil, momento no qual a educação teve fortes influências da tendência liberal tecnicista e o quinto período teve como fato marcante o desaparecimento das Escolas Normais e a aprovação da "[...] habilitação do magistério em duas modalidades básicas: uma com a duração de três anos (2.200 horas), que habilitaria a lecionar até a 4ª série e outra com a duração de quatro anos (2.900 horas), habilitando ao magistério até a 6ª série do 1º grau" (Borges, Aquino, Puentes, 2011, p. 100). Isso em uma formação de nível secundário, ou seja, não superior.

O quinto momento (1971-1996) representou, portanto, na visão dos autores, um retrocesso, pois a formação que ocorria em escolas específicas para a formação de professores foi reduzida a uma entre tantos outros cursos profissionalizantes que passaram a existir. Isso levou a "[...] um quadro de precariedade preocupante" (Borges, Aquino, Puentes, 2011, p. 100). A partir da constatação da gravidade do problema que se instaurou na formação de professores dos anos iniciais da escolarização, em 1982 houve uma tentativa de revitalizar as Escolas Normais com a criação do projeto Centro de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério (CEFAM), contudo, o aproveitamento dessa ação se mostrou restrito, quer dizer,

não teve sucesso como uma ação nacional, restringindo-se a alguns estados da federação (Borges, Aquino, Puentes, 2011).

A década de 1980 também foi terreno para o florescimento de ideias que buscavam romper com a lógica tecnicista imposta à educação. Nesse período, Paulo Freire e outros pensadores defenderam uma “[...] formação ampla, com pleno domínio e compreensão da realidade de seu tempo, desenvolvimento da consciência crítica” (Borges, Aquino, Puentes, 2011, p. 100), que além de possibilitar aos professores intervirem na escola, visava também transformar a sociedade. Esse momento foi importante para o desenvolvimento de uma “[...] nova concepção profissional da educação” (Borges, Aquino, Puentes, 2011): um professor que tinha compromisso com questões pedagógicas, mas também políticas, pois visava a transformação social.

O sexto e último período (1996-2006) demarcado por Saviani (2009) diz respeito ao surgimento dos Institutos de Educação e das Escolas Normais Superiores. O movimento de educadores do país depositou confiança na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a LDB nº 9.394 de 1996, para resolver o problema da formação de professores no país. Contudo, essa legislação por si só não teve força suficiente para resolver as mazelas de décadas e, no primeiro momento, parecia não corresponder às expectativas, por acabar por fomentar a criação dos institutos de educação de baixa categoria (Borges, Aquino, Puentes, 2011). De toda forma, a referida lei representou um grande marco histórico na educação do país, ao ser o primeiro documento legislativo que passou a exigir que os docentes da educação básica (educação infantil, ensino fundamental e médio) tivessem formação em nível superior em curso de licenciatura, como é possível verificar na redação do artigo 62 da lei.

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em Universidades e institutos superiores de educação, admitida como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do Ensino Fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal. (Brasil, 1996)

Todavia, o que podemos perceber na atualidade é que, mesmo depois de quase 30 anos desde a promulgação desse marco legal, ainda é alta a porcentagem de docentes atuando na educação básica sem formação condizente, principalmente na educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental.

No ano de 2002, foram instituídas as Diretrizes Curriculares para a Formação de Professores da Educação Básica, com a finalidade de orientar a formação docente no país. As orientações indicavam que a formação para o exercício profissional deveria considerar a formação de competências profissionais

e encorajar a pesquisa com foco no ensino e na aprendizagem (Borges, Aquino, Puentes, 2011). Além disso, indicava que a prática deveria estar presente desde o início do curso e permeando toda a formação do professor.

Em 2006, foram homologadas as diretrizes curriculares para o curso de Pedagogia que objetivavam estabelecer a docência como identidade do profissional e superar a dicotomia entre licenciatura e bacharelado. E com esse marco se encerram os períodos de formação de professores estabelecidos por Saviani (2009). Muita coisa aconteceu no cenário educacional e na formação de professores desde o ano de 2006. Há, por exemplo, novas diretrizes para a formação de professores da educação básica, configuradas na Resolução nº 4, de 2024, do Conselho Nacional de Educação. Porém, ainda há cursos de formação oferecidos por instituições privadas de ensino na modalidade à distância, com qualidade nem sempre satisfatória para a formação de professores que enfrentaram uma realidade escolar que exige muita dedicação e reflexão, além de conhecimentos sólidos sobre educação.

Ao considerar esse percurso histórico da formação de professores no Brasil, é importante destacar que a qualificação docente não se restringe à formação inicial. Conforme aponta Bernadete Angelina Gatti (2009), a formação de professores deve ser compreendida como um processo contínuo, que envolve tanto a formação inicial quanto a formação continuada, articuladas às condições concretas de trabalho docente.

Nesse sentido, aspectos como a valorização profissional, que inclui remuneração, carreira e reconhecimento social, bem como as condições de funcionamento das instituições escolares, constituem elementos fundamentais para o desenvolvimento do trabalho pedagógico e para a efetividade das políticas educacionais. Assim, a análise da formação docente demanda uma abordagem mais ampla, que considere não apenas os aspectos formais da qualificação, mas também os contextos institucionais e materiais nos quais os professores estão inseridos.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os indicadores dão tangibilidade a fenômenos complexos e subjetivos como saúde, educação e qualidade de vida. Nesse sentido, eles têm ganhado espaço na sociedade contemporânea, ao facilitarem a divulgação de dados e permitirem análises temporais comparativas sobre condições políticas, econômicas, sociais e educacionais (Souza, 2010). Além disso, favorecem a transparência no campo das políticas públicas e, a partir do seu uso, essas necessidades podem ser acompanhadas e avaliadas.

Souza (2010, p. 157, tradução nossa) diz que “[...] os indicadores servem para dimensionar a magnitude de um fenômeno e permitir conhecer sua evolução temporal por meio da taxa de variação em um período de tempo”. Suas principais funções são “monitorar, decidir e avaliar programas e projetos sociais” (Souza, 2010, p. 158, tradução nossa). O monitoramento se refere ao acompanhamento da evolução desses indicadores no sentido de entender onde há taxas que poderiam ser melhoradas.

Os indicadores educacionais fazem parte de um sistema de informação que é atualizado, no caso do Censo Escolar, anualmente. As escolas de todo o país são chamadas a prestar informações referentes à formação, condição de trabalho, assiduidade e desempenho dos professores para que o Estado e a sociedade tenham conhecimento. Isso facilita a tomada de decisão no campo das políticas públicas.

É esta uma das funções precípuas do Censo Escolar, conduzido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) com a captura de dados em duas etapas. A primeira, realizada até o final de maio de cada ano, reúne informações sobre as instituições de ensino, seus gestores, turmas, estudantes e profissionais atuando em sala de aula (Inep, 2025). A segunda faz o mapeamento do rendimento escolar dos estudantes — como aprovação ou reprovação — e sobre o movimento deles, incluindo transferências, abandono ou óbito. Essa coleta ocorre até o encerramento do ano letivo (Inep, 2025). Os microdados e relatórios produzidos pelo Censo Escolar são públicos e podem ser consultados no portal do Inep.

Um dos indicadores apontados pelo Censo é a Adequação da Formação Docente, que diz respeito à formação do professor. E é esse indicador que estudamos no presente trabalho.

Em 2020, o Censo Escolar registrou a quantidade de 2.189.005 docentes na educação básica brasileira, a maior parte atuava no Ensino Fundamental (1.378.812) e a Educação Infantil contou com 593.087 docentes, enquanto o Ensino Médio reuniu 505.782 profissionais. Desse total geral, 613.629 atuavam na Região Nordeste e 46.595 na Paraíba.

Em 2021, o total de docentes na educação básica foi de 2.190.943, apresentando leve crescimento em relação ao ano anterior. No Ensino Fundamental, foram contabilizados 1.373.693 docentes, mantendo-se como a maior etapa em número de profissionais. A Educação Infantil registrou 595.397 professores, enquanto o Ensino Médio contou com 516.484 docentes. Desse total geral, 603.640 atuavam na região Nordeste. Na Paraíba, o número de docentes foi 46.430.

Em 2022, o número total de docentes subiu para 2.315.616, indicando recuperação e expansão do quadro profissional. O Ensino Fundamental concentrou 1.414.211 docentes, seguido da Educação Infantil, com 656.954, e do Ensino Médio, que reuniu 545.974 profissionais. No Nordeste atuavam 635.889 docentes. Na Paraíba, o número de docentes foi 47.792.

Em 2023, o Censo Escolar identificou 2.354.194 docentes na educação básica. O Ensino Fundamental manteve-se como a etapa com maior número de profissionais, reunindo 1.419.918 docentes. A Educação Infantil chegou a 684.656 professores, e o Ensino Médio contabilizou 538.781 docentes. O crescimento contínuo reflete a expansão de matrículas e a recomposição das equipes escolares em várias redes. No Nordeste, havia 653.727 professores em exercício naquele ano. Na Paraíba, em 2020, foram registrados 46.595 docentes na educação básica do estado.

Em 2024, o Censo Escolar registrou 2.367.777 docentes na educação básica brasileira. A maior parte deles atua no Ensino Fundamental, que concentra 1.431.320 professores (60,4%). Na Educação Infantil, foram contabilizados 686.823 docentes, enquanto o Ensino Médio contou com 539.572 profissionais. Não havia dados disponíveis quanto ao número de docentes atuando no Nordeste, naquele

ano. O número de docentes atuantes na região Nordeste naquele ano não estava disponível na época do levantamento de dados.

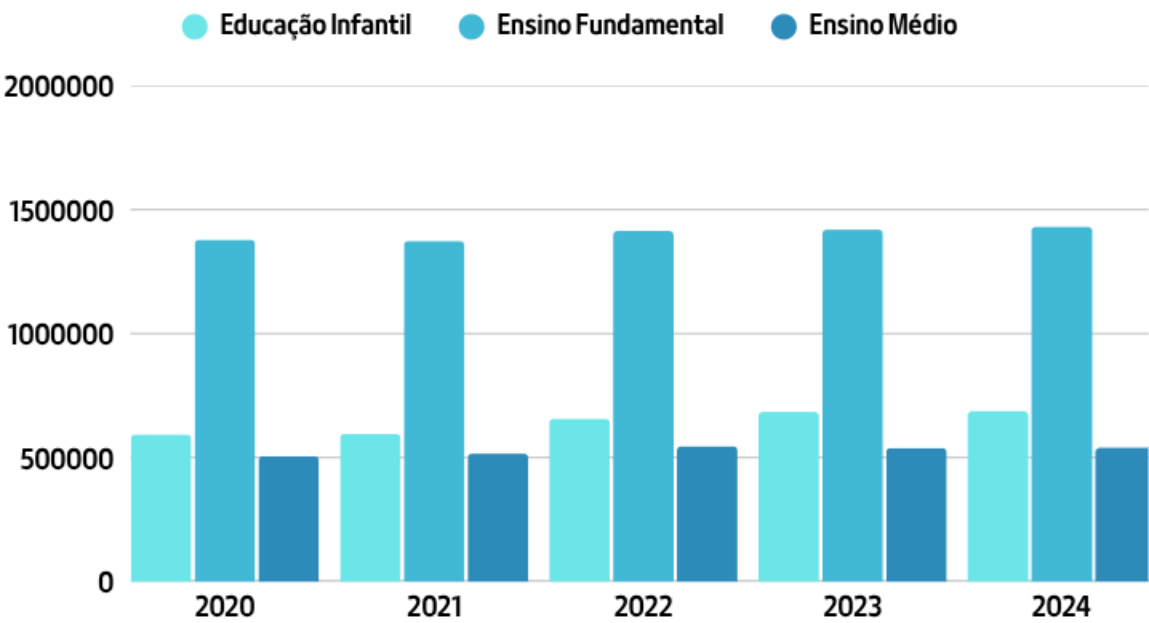
Tabela 1 - Professores da Paraíba nas Redes

Ano	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada
2020	46.595	1.157	12.690	25.621	10.816
2021	46.430	1.147	12.549	25.834	10.512
2022	47.792	1.196	12.078	27.196	10.924
2023	48.968	1.223	12.423	27.913	10.996

Fonte: Elaboração da autora, com dados do Inep, 2020-2023.

Nota-se, portanto, que de 2020 a 2023 houve um crescimento de 2.373 docentes nas redes da Paraíba, um percentual, em média, de 4,8%. A fim de ilustrar, preparamos um gráfico com o total de professores do Brasil dos anos 2020 a 2024. Chamamos a atenção para o crescimento do número de professores da Educação Infantil, que aumentou 15,8% em cinco anos.

Gráfico 1 - professores do Brasil – 2020-2024



Fonte: Elaboração da autora, com dados do Inep, 2020-2024.

O crescimento considerável do quantitativo de docentes atuando na Educação Infantil pode ser explicado, em grande medida, pelo aumento da

demanda de crianças nas creches e pré-escolas, que, em muitos municípios, têm demanda reprimida. Esse cenário foi observado no caso de João Pessoa que, em 2025, registrou mais de 400 crianças na fila de espera de creches municipais, de acordo com o Jornal da Paraíba¹.

Os docentes são peças-chave para o sucesso escolar das crianças e adolescentes, especialmente nas etapas iniciais da escolarização. Contudo, há uma tendência de diminuição do interesse das novas gerações pela carreira docente, ao mesmo tempo em que a demanda por professores continua a crescer (Gatti, 2009; Todos pela, 2022). Apesar da orientação dos documentos oficiais, ainda é expressivo o número de docentes atuando sem formação específica.

Persiste, dessa forma, a concepção de que “ser professor se aprende na prática”, desconsiderando a importância dos saberes teóricos e da formação sistematizada (Gatti, 2010) Embora a experiência profissional seja importante, ela precisa estar articulada a uma formação teórica. O professor precisa ter acesso a conhecimentos científicos, sociais e culturais, além dos conhecimentos específicos da disciplina. Pois, a formação docente, tanto inicial quanto continuada, influencia a metodologia e as práticas pedagógicas adotadas no cotidiano pelo professor (Contreras, 2002).

Diante da permanência de índices consideráveis de docentes com formação não condizente com a prática profissional, foram elaboradas tabelas com os dados considerando a abrangência nacional, assim como as regiões e o Estado da Paraíba, com o grupo do indicador adequação da formação docente e as etapas da educação básica, considerando cada ano analisado. As tabelas estão divididas por anos e etapas de atuação docente.

Os dados coletados sobre o município de João Pessoa, em específico, foram organizados em uma tabela que contempla as três etapas da Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio), no período de 2020 a 2024, considerando a localização e a dependência administrativa. A análise sobre a realidade municipal está na parte final de cada tópico. A tabela completa sobre o desempenho do indicador adequação docente dos anos 2020 a 2024 está no apêndice A.

¹ Notícia veiculada pelo Jornal da Paraíba disponível no sítio eletrônico:

<https://jornaldaparaiba.com.br/educacao/mais-de-400-criancas-aguardam-por-vaga-em-creches-de-joao-pessoa-e-mppb-cobra-solucao> . Acesso em 29 de janeiro de 2026.

a) Adequação da formação docente na Educação Infantil

A educação infantil é um espaço de acolhimento de crianças pequenas, de 0 a 5 anos de idade, cuja finalidade é educar e cuidar. Ela constitui a primeira etapa da educação básica e foca no desenvolvimento integral das crianças. A oferta de vagas nas creches e pré-escolas é de responsabilidade do município e a matrícula é obrigatória a partir dos 4 anos de idade. A LDB (Lei 9.394/96) orienta que a carga horária mínima a ser cumprida seja de 800 horas anuais e 200 dias de trabalho educacional.

Essa etapa da educação básica é de extrema importância para o desenvolvimento da criança, pois, a partir de brincadeiras e interações mediadas pela professora, ela poderá desenvolver aspectos cognitivos, emocionais, sociais e físicos. É importante que o profissional que trabalha na educação infantil seja formado no curso de licenciatura em Pedagogia, já que ele buscará garantir um ensino intencional e qualificado, planejando momentos e rotinas que unem o educar e o cuidar. Contudo, a LDB ainda continua permitindo que profissionais com formação em magistério (curso de nível médio) atuem como professores nessa etapa. É diante desse cenário que expomos os dados a seguir.

Em todos os anos analisados, o estado da Paraíba esteve abaixo da média brasileira e da região Nordeste. No ano de 2020, por exemplo, 49,5% dos docentes que atuavam na Educação Infantil não tinham formação condizente com a sua atuação profissional, já no ano de 2024, esse percentual caiu para 42,5%.

Tabela 2 - Adequação da Formação Docente - Educação Infantil - 2020

Local/Nível	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-oeste	Paraíba
Grupo 1	58.6	62.1	52.2	60.5	58.2	62.8	50.5
Grupo 2	1.4	1.1	2.6	1.0	1.3	2.1	4.5
Grupo 3	19.7	14.9	12.5	21.5	22.7	23.1	12.0
Grupo 4	2.4	2.0	1.8	2.6	2.5	3.1	2.2
Grupo 5	17.9	19.9	30.9	14.4	15.3	8.9	30.8

Fonte: Elaboração da autora, com dados do Inep, 2021.

Figura 1 - Print do painel “Docente – Por Ano” do Censo da Educação Básica - 2020

Localidade	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada
► Brasil	593.087	259	3.845	409.478	182.945
► Nordeste	139.557	42	559	103.686	36.217
► PB	9.497	17	21	6.867	2.665

Inep. 2025. Captura de tela da autora.

Em 2020, 4.704 docentes atuavam na Paraíba sem formação em Pedagogia. No Nordeste, esse número chegava a 66.671 profissionais, enquanto, no Brasil, 245.948 professores trabalhavam nessas mesmas condições.

Tabela 3 - Adequação da Formação Docente - Educação Infantil - 2021

Local/Nível	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-oeste	Paraíba
Grupo 1	60.7	64.3	55.1	62.6	59.7	63.8	50.8
Grupo 2	1.3	1.1	2.5	0.8	1.2	2.0	4.4
Grupo 3	19.2	14.8	12.6	20.2	22.9	23.3	13.1
Grupo 4	2.1	2.3	1.8	2.0	2.4	2.7	2.1
Grupo 5	16.7	17.5	28.0	14.4	13.8	8.2	29.6

Fonte: Elaboração da autora, com dados do Inep, 2022.

Figura 2 - Print do painel “Docente – Por Ano” do Censo da Educação Básica - 2021

Localidade	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada
► Brasil	595.397	300	3.729	422.226	172.045
► Nordeste	130.675	40	529	99.681	31.237
► PB	8.986	18	25	6.567	2.455

Inep. 2025. Captura de tela da autora.

Em 2021, 4.420 docentes atuavam na Paraíba sem formação em Pedagogia. No Nordeste, esse número chegava a 58.273 profissionais, enquanto, no Brasil, 233.693 professores trabalhavam nessas mesmas condições.

Tabela 4 - Adequação da Formação Docente - Educação Infantil - 2022

Local/Nível	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-oeste	Paraíba
Grupo 1	62.0	66.1	58.3	62.2	62.2	68.7	56.1

Grupo 2	0.7	0.6	1.3	0.5	0.7	0.9	2.6
Grupo 3	17.9	13.0	10.7	20.0	20.6	20.0	10.0
Grupo 4	1.7	2.0	1.3	1.8	1.9	1.4	1.2
Grupo 5	17.7	18.3	28.4	15.5	14.6	9.0	30.1

Fonte: Elaboração da autora, com dados do Inep, 2023.

Figura 3 - Print do painel “Docente – Por Ano” do Censo da Educação Básica - 2022

Localidade	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada
► Brasil	656.954	319	3.821	462.956	193.854
► Nordeste	147.248	40	614	111.593	36.156
► PB	10.130	16	24	7.400	2.799

Inep. 2025. Captura de tela da autora.

Em 2022, 4.447 docentes atuavam na Paraíba sem formação em Pedagogia. No Nordeste, esse número chegava a 61.394 profissionais, enquanto no Brasil eram 249.643 professores que trabalhavam nessas mesmas condições.

Tabela 5 - Adequação da Formação Docente - Educação Infantil - 2023

Local/Nível	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-oeste	Paraíba
Grupo 1	63.3	66.4	59.5	63.5	63.3	69.9	57.4
Grupo 2	0.7	0.5	1.2	0.4	0.7	0.7	2.2
Grupo 3	17.9	13.2	10.5	20.2	20.6	19.6	10.4
Grupo 4	1.7	2.2	1.3	1.7	1.7	1.5	1.3
Grupo 5	16.4	17.7	27.5	14.2	13.7	8.3	28.7

Fonte: Elaboração da autora, com dados do Inep, 2023.

Figura 4 - Print do painel “Docente – Por Ano” do Censo da Educação Básica - 2023

Localidade	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada
► Brasil	684.656	332	4.094	489.411	195.289
► Nordeste	156.963	46	731	119.059	38.475
► PB	10.722	20	25	7.915	2.876

Inep. 2025. Captura de tela da autora.

Em 2023, 4.569 docentes atuavam na Paraíba sem formação em Pedagogia. No Nordeste, esse número chegava a 63.569 profissionais e, no Brasil somavam 251.299 professores trabalhando nessas mesmas condições.

Tabela 6 - Adequação da Formação Docente - Educação Infantil - 2024

Local/Nível	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-oeste	Paraíba
Grupo 1	64.1	68.0	59.7	64.4	64.7	70.1	57.4
Grupo 2	0.7	0.5	1.3	0.5	0.7	0.7	2.0
Grupo 3	17.8	13.2	10.7	20.5	19.9	18.7	10
Grupo 4	1.8	2.6	1.5	1.8	1.9	2.2	1.4
Grupo 5	15.6	15.7	26.8	12.8	12.8	8.3	29.2

Fonte: Elaboração da autora, com dados do Inep, 2024.

No Brasil em 2024, 35.9% dos docentes da Educação Infantil não tinham formação em Licenciatura em Pedagogia. No Nordeste, este número foi de 30.3% e na Paraíba atingiu 42.5%. A média do estado variou em apenas 0.1% de um ano para o outro nessa etapa da educação básica. Não constam os dados no sistema Oracle do Inep referentes ao ano de 2024, portanto não tivemos acesso aos números absolutos dos docentes.

Tabela 7- Docentes sem licenciatura condizente com a área de atuação Educação Infantil

Localidade	2020	2021	2022	2023
Brasil	245.948	233.693	249.643	251.299
Nordeste	66.671	58.273	61.394	63.569
Paraíba	4.704	4.420	4.447	4.569

Fonte: Elaboração da autora, com dados do Inep, 2025.

Os dados referentes a essa etapa da Educação Básica de 2020 a 2024 mostram avanços importantes na adequação da formação docente, mesmo que ainda persistam desigualdades entre o estado da Paraíba, a região Nordeste e a média nacional. Em todos os anos analisados, a Paraíba mostrou percentuais inferiores de docentes no grupo 1 - aqueles com formação condizente com sua atuação, quando comparada ao Brasil e ao nordeste.

Mesmo que se observe uma diminuição da porcentagem de docentes sem formação adequada no estado (que passou de 49,5% em 2020 para 42,5% em 2024), a diminuição ocorreu de forma lenta. O que deixa evidente que, apesar das políticas de incentivo à formação de professores, da ampliação da oferta de vagas nos cursos de Pedagogia tanto nas universidades públicas quanto privadas, ainda permanecem altos os índices de professores fora do grupo 1.

A formação de professores atuantes na Educação Infantil em João Pessoa

No que se refere à Educação Infantil, a rede municipal de João Pessoa apresentou uma queda na porcentagem de docentes com formação adequada de 2020 para 2021. No ano de 2022, os números voltaram a subir, mas, mesmo assim, em 2024, ainda não haviam atingido a porcentagem do primeiro ano analisado, como pode ser percebido na tabela abaixo:

Tabela 8 - Adequação da Formação Docente em João Pessoa - Educação Infantil - rede municipal

Ano	Grupo 1	Demais grupos
2020	59%	41%
2021	47,2%	52,8%
2022	59,3%	40,7%
2023	58,3%	41,7%
2024	57,2%	42,8%

Elaboração da autora, com dados do Inep, 2025.

As escolas privadas apresentaram dados mais preocupantes. Em todos os anos, foi nelas que se concentrou o maior número de professores atuando sem formação adequada. Em 2024, por exemplo, 32% dos docentes estavam no grupo 5, enquanto apenas 38,3% possuíam formação adequada.

Esses dados devem ser percebidos considerando a desvalorização histórica da Educação Infantil no Brasil, frequentemente associada a um viés assistencialista que reduz o trabalho do professor a um papel de cuidado, em detrimento de sua dimensão pedagógica (KRAMER, 2005; CAMPOS, 2013). Abaixo consta uma tabela que mostra os docentes do grupo 1, do grupo 5 e dos demais grupos:

**Tabela 9 - Adequação da Formação Docente em João Pessoa -
Educação Infantil - rede privada**

Ano	Grupo 1	Grupo 5	Demais grupos
2020	36,3%	31,7%	32%
2021	39,2%	30,2%	30,6%
2022	43%	29,4%	27,6%
2023	37,5%	32,6%	29,9%
2024	38,3%	32%	29,7%

Elaboração da autora, com dados do Inep, 2025.

Nas instituições federais que ofertam Educação Infantil, onde é esperado que todos os professores tenham, no mínimo, graduação em Pedagogia, os dados evidenciam que somente no ano de 2022 a equipe tinha 100% dos professores com formação adequada à atuação profissional. No ano de 2024 foi que o grupo 1 atingiu o percentual menor, dos anos analisados. Esses dados devem ser interpretados com cautela, tendo em vista que o número de professores da rede federal é baixo, ampliando o impacto das oscilações. Cabe ressaltar que, atualmente, há somente uma instituição federal que oferta educação infantil no município de João Pessoa que é a escola de aplicação da Universidade Federal da Paraíba. Segue a tabela demonstrativa:

**Tabela 10 - Adequação da Formação Docente em João Pessoa -
Educação Infantil - rede federal**

Ano	Grupo 1	Demais grupos
2020	66,7%	33,3%
2021	66,7%	33,3%
2022	100%	-
2023	57,1%	42,9
2024	50%	50%

Elaboração da autora, com dados do Inep, 2025.

Outro aspecto a ser considerado é o alto número de docentes nos grupos 3 e 5, que reúne professores com outra formação diferente da licenciatura em Pedagogia ou sem formação superior. Esses grupos apresentaram percentuais elevados ao longo dos cinco anos analisados, o que pode estar relacionado com a

expansão acelerada da oferta de vagas em creches e pré-escolas, que não pressupõe contratar profissionais habilitados.

Esses resultados dialogam com a literatura que aponta a Educação Infantil como uma etapa que tem sido marcada pela desvalorização da formação docente. Gatti (2009) afirma que a formação docente no país enfrenta problemas históricos relacionados à baixa valorização profissional, condições de trabalho precarizadas e pouca valorização profissional.

No caso da Educação Infantil, essa situação acaba por ser agravada em virtude de históricas práticas assistencialistas que marcaram essa etapa, conduzindo à baixa ou nenhuma exigência de formação para professores de crianças pequenas.

A análise dos dados mostra que a Educação Infantil apresenta os índices mais críticos no que se refere à adequação da formação docente quando comparada às demais etapas da Educação Básica. Mesmo com a redução do percentual de professores sem formação adequada entre os anos analisados, os números ainda permanecem elevados, indicando que uma parcela significativa dos docentes daquela etapa não possui graduação em Pedagogia.

Esse cenário reforça argumentos já apontados por pesquisadores da educação, segundo os quais a Educação Infantil ocupa historicamente uma posição de menor prestígio. Segundo Neves (2026, p. 3) os profissionais que atuam nessa etapa enfrentam a “invisibilidade pedagógica e o desprestígio institucional”, o que acaba acarretando uma desvalorização salarial, inclusive.

Essa compreensão se sustenta, também, na carga histórica que a educação infantil carrega como um espaço predominantemente de trabalho feminino. O cuidado e a educação de crianças pequenas foram socialmente associados ao papel da mulher, o que contribuiu para a percepção de que essa atividade exigiria menos formação especializada.

De acordo com Louro (2003), o magistério se constituiu como profissão majoritariamente feminina, vinculada à maternidade e aos atributos considerados “naturais” das mulheres, como cuidado e afetividade. Essa associação contribuiu para a naturalização da ideia de que qualquer mulher, mesmo sem formação, estaria apta a cuidar e/ou educar crianças pequenas, contribuindo para a desvalorização profissional e precarização do trabalho nessa etapa da educação básica.

No caso específico do município estudado, os dados também revelam diferenças significativas entre as redes de ensino, principalmente no que se refere às instituições privadas. Em todos os anos analisados, foi nas escolas particulares que se concentrou a maior proporção de docentes situados no grupo 5, com menos adequação formativa. Já a rede pública apresentou percentuais mais elevados no grupo 1. Esse resultado pode indicar que as instituições privadas de ensino tendem a priorizar a redução de custos, recorrendo a professores sem formação em Pedagogia.

b) Adequação da formação docente no Ensino Fundamental

O Ensino Fundamental integra, juntamente com a Educação Infantil e Ensino Médio, a Educação Básica, constituindo uma etapa obrigatória. Ele é organizado em Anos Iniciais, de 1º ao 5º, e Anos Finais, de 6º ao 9º, atendendo crianças de 6 a 14 anos e devendo ser desenvolvido em instituições próprias, como estabelece a Lei de Diretrizes e Bases (Brasil, 1996).

No que se refere à formação docente, a LDB orienta que, para atuar nos anos iniciais, os professores devem, preferencialmente, possuir graduação em Pedagogia, segundo a LDB 1996. Contudo, ela admite como formação mínima de nível médio na modalidade Normal (magistério) para os professores que atuam na Educação Infantil e Ensino Fundamental - Anos Iniciais. Já para atuar nos Anos Finais, os docentes precisam ser licenciados nas disciplinas que ministram.

Essa etapa da educação básica desempenha um papel importante na formação integral do estudante, possibilitando o acesso ao conhecimento científico, cultural e social. Nesse contexto, a formação adequada dos docentes pode ser considerada um dos aspectos para o sucesso escolar dos estudantes e a garantia do direito à educação de qualidade.

Contudo, ao analisar os dados referentes à formação docente no Ensino Fundamental, observa-se a presença significativa de docentes sem formação condizente com sua atuação profissional. Diante disso, as tabelas apresentadas a seguir sistematizam a porcentagem de docentes classificados nos grupos de 1 a 5, possibilitando uma análise sobre a formação docente nessa etapa.

**Tabela 11 - Adequação da Formação Docente -
Ensino Fundamental - 2020**

Local/Nível	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-oeste e	Paraíba
-------------	--------	-------	----------	---------	-----	-------------------	---------

Grupo 1	63.8	57.5	49.7	73.2	72.7	68.0	56.3
Grupo 2	2.5	1.4	2.5	2.0	2.5	6.2	4.3
Grupo 3	19.2	23.2	24.0	15.4	16.7	16.5	19.5
Grupo 4	2.4	2.4	2.7	1.8	2.6	3.5	3.0
Grupo 5	12.1	15.5	21.1	7.6	5.5	5.8	16.9

Fonte: Inep, 2021.

Figura 5 - Print do painel “Docente – Por Ano” do Censo da Educação Básica - 2020

Localidade	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada
► Brasil	1.378.812	2.255	387.661	747.408	318.344
► Nordeste	393.073	278	37.245	280.172	91.663
► PB	29.323	10	6.078	17.376	7.667

Fonte: Inep, 2025. Captura de tela da autora.

No estado da Paraíba, seguindo a tendência do que foi observado na sessão anterior sobre a educação infantil, a porcentagem de docentes no nível 1 (ou seja, com formação condizente com a atuação profissional) esteve abaixo da média nacional, embora tenha superado a média da Região Nordeste. Esse resultado indica que, apesar de uma posição melhor no contexto regional, o estado apresentou dificuldades para assegurar a formação adequada no ano de 2020. Em termos absolutos, a Paraíba contava, em 2020, com 16.508 docentes com formação condizente, e 12.517 sem a formação mínima exigida.

Tabela 12 - Adequação da Formação Docente - Ensino Fundamental - 2021

Local/Nível	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-oeste	Paraíba
Grupo 1	65.5	58.5	51.8	73.8	73.9	73.1	57.2
Grupo 2	2.1	1.3	2.3	2.0	1.8	3.3	4.0
Grupo 3	18.9	23.3	23.9	15.0	16.1	16.3	19.7
Grupo 4	2.4	2.6	2.6	2.5	2.2	2.0	2.9
Grupo 5	11.1	14.3	19.4	6.7	6.0	5.3	16.2

Elaboração da autora. Fonte: Inep, 2022.

Figura 6 - Print do painel “Docente – Por Ano” do Censo da Educação Básica - 2021

Localidade	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada
► Brasil	1.373.693	2.252	386.790	745.539	316.553
► Nordeste	387.030	284	35.068	277.118	90.874
► PB	28.981	11	5.412	17.724	7.555

Fonte: Inep, 2025. Captura de tela da autora.

Em 2021, pode ser observada uma melhora nos indicadores, tanto no nível nacional quanto regional. No Brasil, o percentual de docentes no grupo 1 passou de 63,8% para 65,5% em 2021. Essa tendência também pode ser observada na Região Nordeste, que apresentou um crescimento de 49,7% (em 2020) para 51,8% (em 2021).

Naquele ano, a Paraíba contava com 28.981 docentes em exercício no Ensino Fundamental. A proporção de docentes com formação condizente aumentou de 56,3% (em 2020) para 57,2 (em 2021), correspondendo a 16.577 docentes. O estado se manteve abaixo da média nacional e acima da média regional, seguindo a tendência do ano anterior.

Tabela 13 - Adequação da Formação Docente - Ensino Fundamental - 2022

Local/Nível	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-oeste	Paraíba
Grupo 1	67.6	61.0	56.1	73.9	75.8	76.1	61.3
Grupo 2	1.2	0.8	1.3	1.1	1.4	1.9	2.3
Grupo 3	18.3	22.2	21.8	16.0	15.4	14.8	18.1
Grupo 4	1.8	2.2	1.6	1.9	1.7	1.6	1.7
Grupo 5	11.1	13.8	19.2	7.1	5.7	5.6	16.6

Elaboração da autora. Fonte: Inep, 2023.

Figura 7 - Print do painel “Docente – Por Ano” do Censo da Educação Básica - 2022

Local	Medida	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada
► Brasil		1.414.211	2.226	395.811	775.173	317.675
► Nordeste		395.533	286	33.751	286.465	91.343
► PB		28.872	10	4.683	18.116	7.710

Inep, 2025. Captura da tela da autora.

Em 2022, mais uma vez, os dados registram melhora no indicador adequação da formação docente no Ensino Fundamental. Em nível nacional, o

percentual de professores no grupo 1 aumentou para 67,6%. A mesma tendência foi observada na região Nordeste, que passou de 51,8% em 2021 para 56,1% em 2022. No estado da Paraíba, considerando o total de 28.872 professores, a porcentagem de docentes com formação condizente passou de 57,2% em 2021 para 61,3% em 2022, correspondendo a 17.700 docentes. Contudo, o percentual de docentes sem a formação mínima exigida se manteve elevado.

Tabela 14 - Adequação da Formação Docente - Ensino Fundamental - 2023

Local/Nível	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-oeste	Paraíba
Grupo 1	68.4	61.6	57.1	74.7	76.4	77.1	62.1
Grupo 2	1.2	0.7	1.2	1.2	1.2	1.7	2.2
Grupo 3	17.9	22.5	21.6	15.4	15.1	14.8	17.8
Grupo 4	1.7	2.3	1.6	1.7	1.7	1.4	1.6
Grupo 5	10.8	12.9	18.5	7.0	5.6	5.0	16.3

Elaboração da autora, com dados do Inep, 2024.

Figura 8 - Print do painel “Docente – Por Ano” do Censo da Educação Básica - 2023

Localidade	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada
► Brasil	1.419.918	2.354	382.052	784.740	323.041
► Nordeste	397.077	299	33.275	287.218	92.605
► PB	28.963	16	4.668	18.192	7.706

INEP, 2025. Captura da tela da autora.

No Brasil, em 2023, seguiu a tendência de avanço nos índices de adequação da formação docente no Ensino Fundamental. Em nível nacional, o percentual de professores no grupo 1 atingiu 68,4%, enquanto a região Nordeste mostrou um crescimento de 57,1%. Na Paraíba, o número total de docentes foi 28.963 e a proporção de professores com formação condizente com a atuação aumentou sutilmente de 61,3% em 2022 para 62,1% em 2023. No mesmo ano, o estado permaneceu abaixo da média nacional e se manteve acima da média regional. O grupo 5, que (se refere aos docentes sem qualquer curso superior) teve uma queda sutil, passando de 16,6% em 2022 para 16,3% em 2023.

Tabela 15 - Adequação da Formação Docente - Ensino Fundamental - 2024

Local/Nível	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-oeste	Paraíba
Grupo 1	68.8	61.3	57.6	75.2	76.8	76.6	63.1
Grupo 2	1.1	0.7	1.2	1.1	1.1	1.6	1.8
Grupo 3	17.5	22.0	21.2	14.7	15.0	15.1	17.3
Grupo 4	1.9	3.4	1.8	1.7	1.7	1.7	1.4
Grupo 5	10.7	12.6	18.2	7.3	5.4	5.0	16.4

Fonte: Elaboração da autora, com dados do Inep, 2025.

No Brasil, em 2024, 31.2% dos docentes do Ensino Fundamental não possuíam formação em Licenciatura condizente com a disciplina que lecionavam. No Nordeste, este percentual foi de 42.4%, enquanto na Paraíba foi de 36.9%. Esses dados indicam que, mesmo que o estado apresente um desempenho melhor do que a média regional, ainda está distante de atingir a média nacional.

Em números absolutos, no Brasil, o total de docentes atuando sem licenciatura condizente teve queda ao longo do período analisado: eram 499.094 professores em 2020, passando para 473.922 em 2021, 457.006 em 2022 e 448.701 em 2023. Essa tendência de queda também foi observada na região Nordeste, onde os números reduziram de 197.716 docentes em 2020 para 186.548 em 2021, 173.639 em 2022 e 170.346 em 2023. Na Paraíba, também mostrou queda nos índices com 12.812 docentes sem formação adequada em 2020, 12.414 em 2021, 11.173 em 2022 e 10.976 em 2023, demonstrando a tendência de melhora. Abaixo consta uma tabela com os dados de docentes atuando sem formação condizente nos anos 2020, 2021, 2022 e 2023.

Tabela 16 - Docentes sem licenciatura condizente com a área de atuação - Ensino Fundamental

Localidade	2020	2021	2022	2023
Brasil	499.094	473.922	457.006	448.701
Nordeste	197.716	186.548	173.639	170.346
Paraíba	12.812	12.414	11.173	10.976

Fonte: Elaboração da autora, com base nos dados do Inep, 2025.

A formação de professores atuantes no Ensino Fundamental em João Pessoa

No que tange ao município foco dessa pesquisa, no Ensino Fundamental, a rede pública de João Pessoa mostrou altos índices de adequação na formação docente, atingindo seu ápice em 2022, como pode ser verificado na tabela abaixo. Esses dados sugerem maior exigência de formação em licenciatura para atuação profissional.

Tabela 17 - Adequação da Formação Docente em João Pessoa - Ensino Fundamental - rede municipal

Ano	Grupo 1	Demais grupos
2020	75,3%	24,7%
2021	76,7%	23,3%
2022	87,1%	12,9%
2023	85,8%	14,2%
2024	84,5%	15,5%

Elaboração da autora, com dados do Inep, 2025.

Já a rede privada seguiu o mesmo padrão da etapa da educação infantil: percentuais de adequação docente mais baixos quando comparados à rede pública. Utilizando o ano de 2024 como parâmetro, percebemos uma diferença maior que de 20 pontos percentuais entre a rede privada e a rede pública. No grupo 5, a categoria de menor adequação esteve superior na rede municipal e girou em torno dos 25% nos cinco anos analisados. Como pode ser observado na tabela a seguir:

Tabela 18 - Adequação da Formação Docente em João Pessoa - Ensino Fundamental - rede privada

Ano	Grupo 1	Grupo 5	Demais grupos
2020	55,3%	25,7%	19%
2021	57,5%	24,4%	18,1%
2022	62,5%	24,9%	12,6%
2023	61,3%	25,6%	13,1%
2024	63%	24,7%	12,3%

Elaboração da autora, com dados do Inep, 2025.

A rede estadual passou por variações ao longo dos anos, com o menor índice de adequação docente no ano de 2021. Ela teve variação de quase 10 pontos percentuais entre 2020 e 2024, atingindo o maior percentual do grupo 1 no último ano analisado, chegando a 86,4% dos docentes com formação adequada para a atuação profissional. Vale ressaltar que há poucas escolas estaduais no município que ofertam Ensino Fundamental, tendo em vista que, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases nº 9394/1996, a prioridade estadual é a oferta do Ensino Médio.

Tabela 19 - Adequação da Formação Docente em João Pessoa - Ensino Fundamental - rede estadual

Ano	Grupo 1	Demais grupos
2020	77,5%	22,5%
2021	72%	28%
2022	72,6%	27,4%
2023	74,5%	25,5%
2024	86,4%	13,6%

Elaboração da autora, com dados do Inep, 2025.

Já na rede federal, os números mostram um percentual mais elevado, em torno de 35%. No ano de 2024, a rede federal superou a porcentagem da rede municipal para professores com licenciatura condizente com sua área de atuação, apresentando crescimento constante, como pode ser percebido na tabela abaixo:

Tabela 20 - Adequação da Formação Docente em João Pessoa - Ensino Fundamental - rede federal

Ano	Grupo 1	Demais grupos
2020	50,8%	49,2%
2021	63,8%	36,2%
2022	84,1%	15,9%
2023	87,5%	12,5%
2024	87,5%	12,5%

Elaboração da autora, com dados do Inep, 2025.

Esses dados confrontam a tese de que a rede privada oferta um serviço educacional de melhor qualidade quando comparada à rede pública, tendo em vista

que os professores da rede pública (municipal, estadual e federal) de João Pessoa apresentaram melhores percentuais no indicador adequação da formação docente.

A diferença percebida entre as redes pública e privada no que se refere à adequação da formação docente considera que, enquanto os docentes que atuam na rede pública estão submetidos a concursos públicos e planos de carreira que exigem titulação específica para ingresso, as instituições privadas operam por regime de contrato.

A análise dos dados do Ensino Fundamental evidencia uma tendência de melhora na adequação da formação docente entre os anos de 2020 e 2024, percebida em nível nacional, regional e estadual. Na Paraíba, o percentual de docentes com formação condizente passou de 56,3% para 63,1% no período analisado. Apesar desse avanço, o estado permanece abaixo da média nacional, indicando que a ampliação da formação adequada ainda ocorre de forma gradual e demanda políticas de incentivo à formação docente.

No contexto municipal, os dados revelaram diferenças consideráveis entre as redes de ensino. A rede pública apresentou percentuais elevados de docentes com formação adequada, superando 80% nos últimos anos analisados, enquanto a rede privada manteve índices inferiores. Esse cenário sugere que a exigência de formação específica, associada à realização de concursos públicos e aos planos de carreira, contribui para melhorar os resultados na rede pública. Enquanto a flexibilidade e oferta de baixos salários da rede privada podem favorecer a contratação de professores sem formação condizente. Essa diferença entre redes tensiona a ideia de superioridade da qualidade da educação privada.

Por fim, é importante ressaltar que, embora a formação docente seja um elemento fundamental para a qualidade da educação, ela não pode ser considerada um fator único para medir ou contribuir para a melhoria da qualidade. Libâneo (1994) aponta que o processo educativo não depende exclusivamente da formação do professor, mas está relacionado a um conjunto de fatores que envolvem a organização da escola e as condições nas quais o trabalho pedagógico é realizado.

c) Adequação da formação docente no Ensino Médio

O Ensino Médio apresenta particularidades em relação à faixa etária, organização curricular e metodologias empregadas. Em relação aos dados analisados, em comparação às outras etapas da Educação Básica, ele tem índices

mais altos de adequação da formação docente. A Paraíba, nos anos analisados, superou as médias nacional e regional de professores com formação condizente com a atuação.

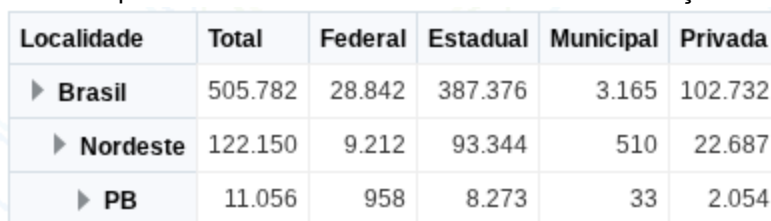
Essa etapa tem como finalidade a consolidação e aprofundamento dos conhecimentos aprendidos ao longo da trajetória escolar dos estudantes, preparando os adolescentes tanto para o ingresso no mercado de trabalho quanto no ensino superior. Quando comparamos às etapas anteriores, observa-se que o Ensino Médio é a etapa que apresenta índices mais adequados no que tange à formação docente. Chama atenção o fato de que, à medida que aumenta a idade dos estudantes, cresce também o quantitativo de professores com formação adequada. Diante desse cenário, apresentamos a seguir tabelas com os dados relativos à adequação da formação docente no Ensino Médio, considerando os dados nacionais, regionais e do Estado da Paraíba, nos anos de 2020 a 2024. No fim, analisamos a situação municipal.

Tabela 21 - Adequação da Formação Docente - Ensino Médio - 2020

Local/Nível	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-oeste	Paraíba
Grupo 1	65.2	67.3	54.1	72.2	71.3	54.3	67.4
Grupo 2	2.6	1.4	2.0	1.9	1.7	11.5	4.1
Grupo 3	25.7	26.3	33.6	22.8	20.2	24.2	21.9
Grupo 4	4.1	2.9	6.4	2.0	4.0	7.2	3.9
Grupo 5	2.4	2.1	3.9	1.1	2.8	2.8	2.7

Elaboração da autora, com dados do Inep, 2021.

Figura 9 - Print do painel “Docente – Por Ano” do Censo da Educação Básica - 2020



Localidade	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada
► Brasil	505.782	28.842	387.376	3.165	102.732
► Nordeste	122.150	9.212	93.344	510	22.687
► PB	11.056	958	8.273	33	2.054

Inep, 2025. Captura da tela da autora.

Os dados de 2020 evidenciam que, dos 505.782 docentes que atuavam no Brasil, aproximadamente 329.770 encontravam-se no grupo 1 (65,2%), ou seja, com formação condizente com a atuação profissional. O número de docentes sem formação condizente foi de 176.012 no contexto nacional. No Nordeste, dos 122.150

professores, 66.083 (54,1%) foram colocados no grupo 1 e os demais 56.067 encontravam-se nos demais grupos. Na Paraíba, dos 11.056 professores do Ensino Médio, 7.452 estavam no grupo 1 (67,4%) e os 3.604 encontravam-se nos demais grupos. Tal cenário comprova que, mesmo que essa etapa da educação tenha apresentado índices mais altos de formação condizente, ainda persiste a necessidade de investimento em política de formação inicial de professores.

Tabela 22 - Adequação da Formação Docente - Ensino Médio - 2021

Local/Nível	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-oeste	Paraíba
Grupo 1	66.6	63.2	54.2	74.7	70.2	65.3	68.9
Grupo 2	1.9	1.4	1.9	1.9	1.4	4.2	4.2
Grupo 3	24.8	29.9	34.2	19.5	19.5	25.5	20.4
Grupo 4	3.9	3.1	6.3	3.1	2.9	3.2	3.4
Grupo 5	2.8	2.4	3.4	0.8	6.0	1.8	3.1

Elaboração da autora. com dados do Inep, 2022.

Figura 10 - Print do painel “Docente – Por Ano” do Censo da Educação Básica - 2021

Localidade	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada
► Brasil	516.484	28.462	398.158	3.147	103.319
► Nordeste	122.229	8.960	93.349	509	23.128
► PB	11.202	918	8.411	38	2.066

Fonte: INEP, 2025. Captura da tela da autora.

No contexto nacional, em 2021, foi observado um crescimento percentual quando comparado ao ano anterior, passando de 65,2% para 66,6%. Em números absolutos, isso significa que aconteceu um aumento mediano de 14 mil professores no grupo 1. No Nordeste, o percentual se manteve praticamente estável, com 54,1% em 2020 e 54,2% em 2021. Já na Paraíba, o percentual de docentes do grupo 1 teve um avanço significativo, passando de 67,4% (7.452 professores) em 2020 para 68,9% (7.718 professores) em 2021.

Tabela 23 - Adequação da Formação Docente - Ensino Médio - 2022

Local/Nível	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-oeste	Paraíba
Grupo 1	67.6	66.2	63.4	69.0	72.4	66.3	70.1
Grupo 2	1.6	0.8	1.7	1.3	1.4	3.6	3.0

Grupo 3	25.1	28.0	27.2	25.1	20.2	24.6	19.0
Grupo 4	2.7	2.5	3.2	2.5	2.7	2.5	2.6
Grupo 5	3.0	2.5	4.5	2.1	3.3	3.0	5.3

Fonte: Elaboração da autora, com dados do Inep, 2023.

Figura 11 - Print do painel “Docente – Por Ano” do Censo da Educação Básica – 2022

Localidade	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada
► Brasil	545.974	28.984	425.508	3.256	105.335
► Nordeste	128.444	9.268	98.951	604	23.461
► PB	10.976	966	8.096	21	2.098

INEP, 2025. Captura da tela da autora.

No país, podemos perceber um crescimento percentual de docentes com a formação adequada, quando comparamos aos anos anteriores. Em números absolutos, o grupo 1 passou de cerca de 329 mil em 2020 para 369.078 mil em 2022. No Nordeste, aconteceu um grande aumento no número de professores com formação condizente. Em 2020, esse número percentual era de 54,1% (com cerca de 66 mil professores) e, em 2022, foi para 63.4% (81.452 docentes). Nesse período temporal, a região reduziu sua distância em relação à média nacional. Já o estado da Paraíba teve crescimento: passando de 67,4% em 2020 para 70,1% em 2022.

Tabela 24 - Adequação da Formação Docente - Ensino Médio - 2023

Local/Nível	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-oeste	Paraíba
Grupo 1	68.2	66.3	63.9	71.3	68.4	70.3	70.4
Grupo 2	1.6	0.9	1.7	1.5	1.3	3.2	2.8
Grupo 3	24.2	27.3	26.3	22.6	23.1	22.8	19.8
Grupo 4	2.7	2.6	3.0	2.3	3.6	1.5	2.3
Grupo 5	3.3	2.9	5.1	2.3	3.6	2.2	4.7

Fonte: Elaboração da autora, com dados Inep, 2024.

Figura 12 - Print do painel “Docente – Por Ano” do Censo da Educação Básica - 2023

Localidade	Total	Federal	Estadual	Municipal	Privada
► Brasil	538.781	29.871	414.869	3.184	107.035
► Nordeste	132.195	9.753	102.259	559	23.392
► PB	11.611	976	8.650	21	2.172

INEP, 2025. Captura da tela da autora.

No Brasil em 2023, 31.8% dos docentes do Ensino Médio não possuíam formação condizente com a disciplina que lecionavam, o que correspondia a 170.930 docentes fora do grupo 1. No Nordeste, este número foi de 36.1%, totalizando 47.712 professores, e na Paraíba, 29.6%, com total de 3.438 docentes. Mesmo que o Ensino Médio apresente os melhores índices de professores com adequação da formação, os números absolutos também mostram que há muitos profissionais atuando sem formação específica. A tabela abaixo ilustra a situação comparativa entre o quantitativo de docentes sem licenciatura condizente com a atuação nas escolas nos anos de 2020, 2021, 2022 e 2023.

Tabela 25 - Docentes sem formação condizente com a área de atuação
- Ensino Médio

Localidade	2020	2021	2022	2023
Brasil	176.012	168.931	176.895	171.332
Nordeste	56.066	55.944	47.010	47.722
Paraíba	3.604	3.438	3.281	3.436

Elaboração da autora, com dados do Inep, 2025.

Embora o número absoluto de professores fora do Grupo 1 ainda se mantenha alto, é possível observar uma tendência de diminuição numérica dos professores sem formação condizente, tanto na esfera nacional, quanto na regional e na estadual. No Brasil, houve uma diminuição de 4.680 docentes sem formação adequada entre 2020 e 2023. Na região Nordeste, 8.344 deixaram de atuar sem formação específica, comparando 2020 com 2023. Já na Paraíba houve uma diminuição de 168 docentes. Essa realidade mostrada através dos números aponta uma tendência de diminuição de professores sem formação condizente e aumento de professores com formação adequada.

Tabela 26 - Adequação da Formação Docente - Ensino Médio - 2024

Local/Nível	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-oeste	Paraíba
Grupo 1	68.4	65.4	65.5	70.2	71.7	67.0	79.4
Grupo 2	1.6	0.9	1.6	1.4	1.2	3.2	1.4
Grupo 3	24.1	26.5	24.8	23.5	21.5	25.6	15.9

Grupo 4	3.2	4.7	3.0	2.4	2.1	1.8	1.4
Grupo 5	3.3	2.5	5.1	2.5	3.5	2.4	1.9

Fonte: Elaboração da autora, com dados do Inep, 2025.

No Brasil, em 2024, 31.6% dos docentes do Ensino Médio não tinham formação em Licenciatura na disciplina que lecionavam. No Nordeste, este número foi de 34.5% e na Paraíba foi de 20.6%. De um ano para o outro, o número de professores que estavam no grupo 1 aumentou em 9 pontos percentuais.

A formação de professores atuantes no Ensino Médio em João Pessoa

Já o município de João Pessoa, em particular, apresentou índices altos de adequação da formação docente, tanto na rede estadual, quanto na privada e federal. Além disso, a porcentagem de professores sem nenhuma graduação foi mais baixa que nas etapas analisadas anteriormente.

Na rede estadual de ensino, houve estabilidade no grupo 1 entre os anos 2020 e 2023, com um salto de mais de 10 pontos percentuais no último ano analisado. Outro dado que chama atenção é o baixo percentual de professores no grupo 5, daqueles docentes que não têm formação em nível superior.

**Tabela 27 - Adequação da Formação Docente em João Pessoa -
Ensino Médio - rede estadual**

Ano	Grupo 1	Grupo 5
2020	77,5%	0,8%
2021	76,8%	1,7%
2022	77%	2,6%
2023	78,4%	2,2%
2024	89,8%	0,1%

Fonte: Elaboração da autora, com dados do Inep, 2025.

A rede federal apresentou índices de adequação docente mais baixos que a estadual e, em quatro dos cinco anos analisados, o grupo 5 desapareceu, representando um ponto que merece destaque. Isso pode ser percebido na tabela abaixo:

**Tabela 28 - Adequação da Formação Docente em João Pessoa -
Ensino Médio - rede federal**

Ano	Grupo 1	Grupo 5
2020	65%	1,6%
2021	65,3%	0%
2022	69,9%	0%
2023	74%	0%
2024	72,4%	0%

Fonte: Elaboração da autora, com dados do Inep, 2025.

A rede privada também teve altos índices de adequação na formação docente. No último ano analisado, ela superou a porcentagem de docentes no grupo 1 da rede federal, mas em nenhum ano ela ultrapassou a rede estadual de ensino. Já o grupo 5 ficou entre 4 e 6%, bem mais baixo que a rede privada nas etapas anteriores. Esses dados podem ser vistos na tabela a seguir.

**Tabela 29 - Adequação da Formação Docente em João Pessoa -
Ensino Médio - rede privada**

Ano	Grupo 1	Grupo 5
2020	66,8	6,6%
2021	64,7%	6,5%
2022	74,8%	6,3%
2023	74,8%	4,8%
2024	74,2%	6,4%

Fonte: Elaboração da autora, com dados do Inep, 2025.

Os índices de adequação da formação docente na etapa do Ensino Médio apresentaram o melhor desempenho quando comparados às etapas anteriores, tanto na rede estadual, quanto federal e privada no município de João Pessoa. Ao longo do período analisado, a Paraíba superou a média nacional e regional, chegando a 79,4% de docentes com formação condizente no ano de 2024.

Esse resultado reforça a percepção de que, conforme os estudantes ficam mais velhos e avançam na trajetória escolar, a tendência é que encontrem

professores com uma formação mais adequada quanto à área de atuação, com licenciatura condizente.

No contexto do município, os dados indicam que essa maior adequação se mantém em diferentes redes de ensino, com destaque para a rede estadual que apresentou os principais percentuais do grupo 1 ao longo dos anos analisados. Diferente do que foi analisado nas etapas anteriores, a diferença entre redes pública e privada foi menor. Esse resultado pode estar relacionado com uma maior exigência social e institucional em relação à formação dos docentes, visto que o Ensino Médio acaba por estar associado a uma preparação para o ensino superior ou para o ingresso no mercado de trabalho.

A melhoria nos indicadores pode estar relacionada a políticas recentes de ampliação do quadro docente efetivo, como a realização de concursos públicos, a exemplo do que ocorreu no estado da Paraíba no ano de 2025. A convocação de mil professores concursados tende a elevar ainda mais o percentual de professores com formação adequada nos próximos anos. Contudo, surgem desafios relacionados à condição de trabalho dos docentes, especialmente no que tange às vagas a serem ocupadas nas escolas integrais.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo analisar a adequação da formação docente na rede municipal de João Pessoa (PB), a partir do indicador “adequação da formação docente”, com base nos dados do Censo Escolar referentes ao período de 2020 a 2024. Parte-se do pressuposto de que a formação inicial adequada constitui elemento fundamental para a garantia da qualidade da Educação Básica, sendo sua ampliação e consolidação objeto da Meta 15 do Plano Nacional de Educação (PNE 2014–2024), que estabelece a necessidade de assegurar formação específica de nível superior aos profissionais da educação.

Os resultados evidenciam que a adequação da formação docente não se distribui de maneira homogênea entre as etapas da Educação Básica. Na Educação Infantil, os percentuais registrados em João Pessoa situam-se abaixo das médias nacional, regional e estadual, mostrando a permanência de fragilidades históricas nessa etapa. No Ensino Fundamental, o desempenho foi superior às médias estadual, regional e nacional nas redes públicas do município, indicando maior estabilidade e consolidação da formação adequada nessa etapa. Já no Ensino Médio, os índices superaram as três médias consideradas.

A análise por dependência administrativa (pública, privada, municipal, estadual e federal) também revelou diferenças relevantes. As redes públicas apresentaram melhores resultados quando comparadas à rede privada, especialmente nas etapas finais da Educação Básica. Esse dado sugere que fatores como concurso público, planos de carreira e maior regulação estatal podem contribuir para maior aderência entre formação inicial e área de atuação. Ao mesmo tempo, observou-se maior concentração de docentes atuando sem formação adequada.

Ao mesmo tempo, a pesquisa permitiu reconhecer os limites do indicador analisado. A adequação da formação docente, embora muito importante, não é suficiente para garantir a qualidade do trabalho pedagógico, pois não contempla aspectos como condições de trabalho, formação continuada, valorização profissional e infraestrutura escolar. Portanto, assim como os outros indicadores educacionais, este deve ser compreendido como instrumento de monitoramento e avaliação, mas não como síntese única da qualidade da educação.

Consideramos que este trabalho contribui para o debate sobre políticas educacionais e de formação docente, situando avanços e desigualdades. Além disso, reafirma a necessidade de monitoramento contínuo dos indicadores, mas ressalta que somente números, indicadores, porcentagens não levam a compreender o que acontece na escola real.

5. REFERÊNCIAS

ALVES, T.; REZENDE PINTO, J. M. R. Remuneração e características do trabalho docente no Brasil: um aporte. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 41, n. 143, p. 606–639, maio/ago. 2011.

BORGES, M. C.; AQUINO, O. F.; PUENTES, R. V. Formação de professores no Brasil: história, políticas e perspectivas. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, v. 11, n. 42, p. 94–112, 2012. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639868>. Acesso em: 16 mar. 2026. DOI: 10.20396/rho.v11i42.8639868.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 16 mar. 2026.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Nota técnica 020/2014/CGCQTI/DEED: indicador da adequação da formação do docente da educação básica*. Brasília, DF: Inep, 2014. Disponível em: https://download.inep.gov.br/informacoes_estatisticas/indicadores_educacionais/2014/docente_formacao_legal/nota_tecnica_indicador_docente_formacao_legal.pdf. Acesso em: ago. 2023.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Plano Nacional de Educação – PNE 2014–2024: linha de base*. Brasília, DF: Inep, 2015.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Resumo técnico: Censo Escolar da Educação Básica 2021*. Brasília, DF: Inep, 2021.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 20 nov. 2025.

CAMPOS, Maria Malta; FULLGRAF, Jodete Bayer Gomes; WIGGERS, Verena. *A qualidade da educação infantil brasileira: alguns resultados de pesquisa*. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 36, n. 127, p. 87–128, jan./abr. 2006.

CARVALHO, M. R. V. Perfil do professor da educação básica. Brasília, DF: Inep/MEC, 2018. (Série Documental – Relatos de Pesquisa, n. 41). Disponível em: http://portal.inep.gov.br/informacao-da-publicacao/-/asset_publisher/6JYIsGMAMkW1/document/id/1473981. Acesso em: 20 jan. 2024.

CONTRERAS, J. *Autonomia de professores*. São Paulo: Cortez, 2002.

FRIGOTTO, G. *Educação e a crise do capitalismo real*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

GADOTTI, M. *História das ideias pedagógicas*. 8. ed. São Paulo: Ática, 1999.

GATTI, B. A.; BARRETTO, E. S. S. (coord.). *Professores do Brasil: impasses e desafios*. Brasília: UNESCO, 2009.

GATTI, Bernadete Angelina. Formação de professores no Brasil: características e problemas. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1355–1379, out./dez. 2010.

GEGLIO, P. C.; NASCIMENTO, J. A. A formação dos professores da educação básica: análise com base no Censo Escolar. *Revista de Educação Pública*, Cuiabá, v. 32, p. 234–253, 2023. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/view/14204>. Acesso em: 5 maio 2025. DOI: 10.29286/rep.v32ijan/dez.14204.

INEP. Painel “Docente — Por Ano” do Censo da Educação Básica. Disponível em: <https://anonymousedata.inep.gov.br/analytics/saw.dll?Dashboard&PortalPath=/shared/Dissemina%C3%A7%C3%A3o%20dos%20Censos/Educa%C3%A7%C3%A3o%20B%C3%A1sica/Pain%C3%A9is/Censo%20da%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20B%C3%A1sica&Page=Docente%20-%20Por%20Ano>. Acesso em: 11 dez. 2025.

KRAMER, Sônia. *A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

LOURO, G. L. Mulheres na sala de aula. In: PRIORE, M. D. (org.). *História das mulheres no Brasil*. Bragança Paulista: USF, 2002.

NEVES, O. S. F. A desvalorização do pedagogo na educação infantil: impactos das políticas públicas e das condições de trabalho. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, v. 12, n. 2, p. 1–12, 2026. DOI: 10.51891/rease.v12i2.24196.

REIS, E. A.; REIS, I. A. *Análise descritiva de dados*. Belo Horizonte: Departamento de Estatística da UFMG, 2002. (Relatório técnico). Disponível em: <https://www.est.ufmg.br/portal/arquivos/rts/rte0202.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2025.

SAVIANI, D. Formação de professores: aspectos históricos do problema no contexto brasileiro. *Revista Brasileira de Educação*, v. 14, n. 40, p. 143–155, 2009.

SCHMIDT, J. P. Para estudar políticas públicas: aspectos conceituais e abordagens teóricas. *Revista do Direito*, Santa Cruz do Sul, v. 3, n. 56, p. 119–149, set./dez. 2018.

SOUZA, A. M. e. La importancia de los indicadores educacionales para la educación básica: información y decisiones. *Meta: Avaliação*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 5, p. 153–179, maio/ago. 2010.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. Escassez de professores no Brasil: desafios e perspectivas. São Paulo: Todos Pela Educação, 2022.

6. ANEXO

Número total de docentes no Município de João Pessoa

2020

Total Geral	Educação Infantil			Ensino Fundamental			Ensino Médio		
Educação Básica	Total de Educação Infantil	Creche	Pré-escola	Total de Ensino Fundamental	Anos Iniciais	Anos Finais	Total de Ensino Médio	Propedêutico	Curso Técnico Integrado
7.592	1.292	542	817	4.742	2.530	2.542	2.146	1.616	736

2021

Total Geral	Educação Infantil			Ensino Fundamental			Ensino Médio		
Educação Básica	Total de Educação Infantil	Creche	Pré-escola	Total de Ensino Fundamental	Anos Iniciais	Anos Finais	Total de Ensino Médio	Propedêutico	Curso Técnico Integrado
7.945	1.438	575	941	4.833	2.661	2.523	2.245	1.659	802

2022

Total Geral	Educação Infantil			Ensino Fundamental			Ensino Médio		
Educação Básica	Total de Educação Infantil	Creche	Pré-escola	Total de Ensino Fundamental	Anos Iniciais	Anos Finais	Total de Ensino Médio	Propedêutico	Curso Técnico Integrado
7.790	1.486	668	890	4.696	2.637	2.432	2.086	1.463	750

2023

Total Geral	Educação Infantil			Ensino Fundamental			Ensino Médio		
Educação Básica	Total de Educação Infantil	Creche	Pré-escola	Total de Ensino Fundamental	Anos Iniciais	Anos Finais	Total de Ensino Médio	Propedêutico	Curso Técnico Integrado
8.099	1.520	686	929	4.925	2.729	2.580	2.283	1.624	836

7. APÊNDICE

Tabela dos dados de João Pessoa

Ano	Localização	Dependência Administrativa	Educação Infantil					Ensino Fundamental					Ensino Médio				
			Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3	Grupo 4	Grupo 5	Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3	Grupo 4	Grupo 5	Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3	Grupo 4	Grupo 5
2020	Total	Total	46,2	4,6	21,6	4,8	22,8	66,4	6,9	9,8	3,4	13,5	73,2	6,4	13,6	3,9	2,9
2020	Urbana	Total	46,2	4,6	21,6	4,8	22,8	66,4	6,9	9,8	3,4	13,5	73,2	6,4	13,6	3,9	2,9
2020	Total	Federal	66,7	33,3	0	0	0	50,8	19	15,9	14,3	0	65	20,3	9,5	3,6	1,6
2020	Urbana	Federal	66,7	33,3	0	0	0	50,8	19	15,9	14,3	0	65	20,3	9,5	3,6	1,6
2020	Total	Estadual	--	--	--	--	--	77,5	3,7	9,3	2,6	6,9	77,5	4,7	13,5	3,5	0,8
2020	Urbana	Estadual	--	--	--	--	--	77,5	3,7	9,3	2,6	6,9	77,5	4,7	13,5	3,5	0,8
2020	Total	Municipal	59	4,4	18,7	6,7	11,2	75,3	7,5	11,5	3,8	1,9	--	--	--	--	--
2020	Urbana	Municipal	59	4,4	18,7	6,7	11,2	75,3	7,5	11,5	3,8	1,9	--	--	--	--	--
2020	Total	Privada	36,3	4,6	24	3,4	31,7	55,3	7,2	8,5	3,3	25,7	66,8	8	14	4,6	6,6
2020	Urbana	Privada	36,3	4,6	24	3,4	31,7	55,3	7,2	8,5	3,3	25,7	66,8	8	14	4,6	6,6
2020	Total	Pública	59,1	4,6	18,5	6,7	11,1	75,8	6,5	10,9	3,5	3,3	76,9	5,5	13,3	3,5	0,8
2020	Urbana	Pública	59,1	4,6	18,5	6,7	11,1	75,8	6,5	10,9	3,5	3,3	76,9	5,5	13,3	3,5	0,8
2021	Total	Total	43,3	3,7	24,8	5,3	22,9	67,5	5,9	10,7	2,9	13	72,4	6,5	13,9	3,9	3,3
2021	Urbana	Total	43,3	3,7	24,8	5,3	22,9	67,5	5,9	10,7	2,9	13	72,4	6,5	13,9	3,9	3,3
2021	Total	Federal	66,7	16,7	0	16,6	0	63,8	8,7	14,5	13	0	65,3	23,8	8,4	2,5	0
2021	Urbana	Federal	66,7	16,7	0	16,6	0	63,8	8,7	14,5	13	0	65,3	23,8	8,4	2,5	0
2021	Total	Estadual	--	--	--	--	--	72	4,1	13,3	2,7	7,9	76,8	5,4	12,4	3,7	1,7
2021	Urbana	Estadual	--	--	--	--	--	72	4,1	13,3	2,7	7,9	76,8	5,4	12,4	3,7	1,7
2021	Total	Municipal	47,2	3,4	26,1	7,4	15,9	76,7	6,5	11	3	2,8	--	--	--	--	--
2021	Urbana	Municipal	47,2	3,4	26,1	7,4	15,9	76,7	6,5	11	3	2,8	--	--	--	--	--
2021	Total	Privada	39,2	3,9	23,6	3,1	30,2	57,5	5,8	9,5	2,8	24,4	64,7	7,1	17,2	4,5	6,5
2021	Urbana	Privada	39,2	3,9	23,6	3,1	30,2	57,5	5,8	9,5	2,8	24,4	64,7	7,1	17,2	4,5	6,5
2021	Total	Pública	47,3	3,4	25,9	7,4	16	75,4	5,9	11,6	3	4,1	76,3	6,3	12,3	3,7	1,4
2021	Urbana	Pública	47,3	3,4	25,9	7,4	16	75,4	5,9	11,6	3	4,1	76,3	6,3	12,3	3,7	1,4
2022	Total	Total	50,6	3	21,5	2,9	22	74,5	2,9	8	1,3	13,3	76	4,9	11,7	3,6	3,8
2022	Urbana	Total	50,6	3	21,5	2,9	22	74,5	2,9	8	1,3	13,3	76	4,9	11,7	3,6	3,8
2022	Total	Federal	100	0	0	0	0	84,1	0	15,9	0	0	69,9	20,5	7	2,6	0
2022	Urbana	Federal	100	0	0	0	0	84,1	0	15,9	0	0	69,9	20,5	7	2,6	0
2022	Total	Estadual	--	--	--	--	--	72,6	3,7	14,1	2,4	7,2	77	4,9	11,6	3,9	2,6
2022	Urbana	Estadual	--	--	--	--	--	72,6	3,7	14,1	2,4	7,2	77	4,9	11,6	3,9	2,6
2022	Total	Municipal	59,3	3	22,6	1,7	13,4	87,1	2,3	6,7	0,8	3,1	--	--	--	--	--
2022	Urbana	Municipal	59,3	3	22,6	1,7	13,4	87,1	2,3	6,7	0,8	3,1	--	--	--	--	--
2022	Total	Privada	43	3	20,7	3,9	29,4	62,5	3,4	7,6	1,6	24,9	74,8	3,2	12,5	3,2	6,3
2022	Urbana	Privada	43	3	20,7	3,9	29,4	62,5	3,4	7,6	1,6	24,9	74,8	3,2	12,5	3,2	6,3
2022	Total	Pública	59,5	3	22,5	1,7	13,3	84,1	2,6	8,3	1,1	3,9	76,6	5,8	11,3	3,8	2,5
2022	Urbana	Pública	59,5	3	22,5	1,7	13,3	84,1	2,6	8,3	1,1	3,9	76,6	5,8	11,3	3,8	2,5
2023	Total	Total	46,3	2,5	23,5	3,5	24,2	73,9	3	8,3	1,2	13,6	77,1	4,7	12,1	3	3,1
2023	Urbana	Total	46,3	2,5	23,5	3,5	24,2	73,9	3	8,3	1,2	13,6	77,1	4,7	12,1	3	3,1
2023	Total	Federal	57,1	0	42,9	0	0	81,1	10,8	8,1	0	0	74	18,3	5,6	2,1	0
2023	Urbana	Federal	57,1	0	42,9	0	0	81,1	10,8	8,1	0	0	74	18,3	5,6	2,1	0
2023	Total	Estadual	--	--	--	--	--	74,5	2,9	12,5	2,4	7,7	78,4	4,7	11,8	2,9	2,2
2023	Urbana	Estadual	--	--	--	--	--	74,5	2,9	12,5	2,4	7,7	78,4	4,7	11,8	2,9	2,2
2023	Total	Municipal	58,3	3	23,7	2,1	12,9	85,8	2,7	7,4	0,6	3,5	--	--	--	--	--
2023	Urbana	Municipal	58,3	3	23,7	2,1	12,9	85,8	2,7	7,4	0,6	3,5	--	--	--	--	--
2023	Total	Privada	37,5	2,1	23,2	4,6	32,6	61,3	3,4	8	1,7	25,6	74,8	3,6	13,3	3,5	4,8
2023	Urbana	Privada	37,5	2,1	23,2	4,6	32,6	61,3	3,4	8	1,7	25,6	74,8	3,6	13,3	3,5	4,8
2023	Total	Pública	58,3	2,9	24	2,1	12,7	83,5	2,8	8,5	0,9	4,3	78,2	5,3	11,5	2,8	2,2
2023	Urbana	Pública	58,3	2,9	24	2,1	12,7	83,5	2,8	8,5	0,9	4,3	78,2	5,3	11,5	2,8	2,2
2024	Total	Total	46,3	2,5	22,3	3,8	25,1	75,4	2,3	7,9	1,3	13,1	84,2	2,9	8,9	1,8	2,2
2024	Urbana	Total	46,3	2,5	22,3	3,8	25,1	75,4	2,3	7,9	1,3	13,1	84,2	2,9	8,9	1,8	2,2
2024	Total	Federal	50	0	50	0	0	87,5	10	2,5	0	0	72,4	19	3,4	5,2	0
2024	Urbana	Federal	50	0	50	0	0	87,5	10	2,5	0	0	72,4	19	3,4	5,2	0
2024	Total	Estadual	--	--	--	--	--	86,4	1	8,9	2,4	1,3	89,8	2	7,1	1	0,1
2024	Urbana	Estadual	--	--	--	--	--	86,4	1	8,9	2,4	1,3	89,8	2	7,1	1	0,1
2024	Total	Municipal	57,2	1,7	21,9	3,3	15,9	84,5	2,4	7,6	0,5	5	--	--	--	--	--
2024	Urbana	Municipal	57,2	1,7	21,9	3,3	15,9	84,5	2,4	7,6	0,5	5	--	--	--	--	--
2024	Total	Privada	38,3	3,2	22,3	4,2	32	63	2,3	8	2	24,7	74,2	3,5	12,8	3,1	6,4
2024	Urbana	Privada	38,3	3,2	22,3	4,2	32	63	2,3	8	2	24,7	74,2	3,5	12,8	3,1	6,4
2024	Total	Pública	57,1	1,6	22,3	3,3	15,7	84,8	2,2	7,8	0,8	4,4	89,1	2,6	7	1,1	0,2
2024	Urbana	Pública	57,1	1,6	22,3	3,3	15,7	84,8	2,2	7,8	0,8	4,4	89,1	2,6	7	1,1	0,2